

# RELATÓRIO DE GESTÃO

## 2025



A gerência da empresa **CREDIMÉDIA – Corretores de Seguros, Lda.** em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresenta e submete à apreciação da Assembleia-Geral, o Relatório de Gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Estes documentos dão conhecimento da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, bem como dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Os dados contabilísticos apresentados, respeitantes às demonstrações financeiras da empresa, devem ser interpretadas à luz das normas contabilísticas de relato financeiro aplicável as pequenas-entidades. (NCRF-PE).

## A EMPRESA

### Missão da Empresa

A missão principal da empresa é a de corresponder às exigências do mercado e dos seus clientes, através de um modelo de negócio sustentado, recursos qualificados e motivados, geradores de valor económico, social e ambiental, de modo a proporcionar um retorno atrativo aos sócios.

Também ao nível dos valores incorpora e exterioriza, na sua atitude perante o mercado:

- Eficácia e Eficiência da gestão;
- Integridade e Ética;
- Conduta socialmente responsável;
- Respeito pelo ambiente.

### 1. Panorama Geral do Mercado (Dados de 2025/2026)

O setor segurador em Portugal demonstrou uma resiliência notável em 2025, fechando o ano com um crescimento robusto e entrando em 2026 com lucros recorde, apesar do aumento da conflitualidade em certas áreas.

### 2. Indicadores de Desempenho

- **Crescimento Global:** A produção de seguro direto aumentou **13,4%** em 2025, superando os **16,2 mil milhões de euros**.
- **Lucros:** As seguradoras registaram um aumento de **36% nos lucros** em 2025, impulsionadas pela eficiência operacional e pela recuperação dos mercados financeiros.
- **Solvência:** O rácio de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) situou-se em **213%**, o que indica que as empresas detêm mais do dobro do capital mínimo exigido para absorver perdas extremas.

## Desempenho por Ramo

### Ramo Vida (+17,8%)

Este foi o grande motor do crescimento no último ano.

- **Destaque:** Os seguros de **Vida Ligados** (Unit-Linked) dispararam **71,4%**, refletindo uma procura crescente por produtos de investimento num cenário de taxas de juro em mutação.
- **Pagamentos:** Curiosamente, os montantes pagos aos clientes neste ramo caíram 22%, sugerindo uma maior retenção de capital.

### Ramos Não Vida (+9,2%)

Crescimento sólido impulsionado pela inflação dos custos e pela maior penetração de serviços de saúde.

- **Seguros de Saúde (Ramo Doença):** Cresceu **12,3%**, consolidando-se como uma das áreas mais dinâmicas devido à pressão sobre o SNS.
- **Automóvel:** Aumento de **9,9%**, refletindo o ajuste nos prémios face ao custo das peças e sinistros.
- **Acidentes de Trabalho:** Crescimento de **8,4%**.

## 3. Principais Players (Ranking 2025/2026)

O mercado mantém-se concentrado em grandes grupos, mas com mudanças competitivas:

1. **Fidelidade:** Mantém a liderança absoluta do mercado nacional.
2. **Ageas:** Segue em segundo lugar, com forte presença no retalho e parcerias bancárias.
3. **Generali (Tranquilidade):** Aproximou-se do topo, consolidando a sua posição após processos de integração.
4. **Destaques Positivos:** BPI, Mapfre e Santander apresentaram crescimentos significativos, beneficiando do canal bancário ("Bancassurance").

## 4. Desafios e Tendências para 2026

### Conflitualidade e Reclamações

O primeiro trimestre de 2026 revelou um dado crítico: um salto de **21,44% nas reclamações** validadas.

- **Saúde:** As reclamações em seguros de saúde subiram **42,2%**, sinalizando dificuldades na rede de prestadores e tempos de resposta.
- **Digitalização:** A reputação digital tornou-se um pilar central. Marcas que não gerem bem a interação online estão a perder quota rapidamente.

### Fatores Externos

- **Eventos Extremos:** As redes de peritagem têm sido testadas por eventos climáticos mais frequentes, causando picos de reclamações em seguros multirriscos.
- **IA e Tecnologia:** 2026 marca o ano da implementação massiva de IA generativa na personalização de prémios e automação de sinistros simples.

**Em Resumo:** O mercado está financeiramente mais forte do que nunca (mais lucros e mais capital), mas enfrenta um desafio de confiança devido ao aumento do volume de queixas, especialmente no setor da saúde.

## 5. Evolução da Atividade

Para uma melhor análise apresenta-se de seguida, agregadas de modo conveniente, as seguintes componentes de formação dos resultados para o exercício findo e para o exercício imediatamente anterior:

### 5.1 Estrutura de Rendimentos

Rubricas	2025	2024	Variação
			(%)
Vendas	0,00	0,00	
Prestação de Serviços	1 563 700,08	1 480 875,39	5,59%
Outros Rendimentos e Ganhos	8 888,65	15 469,29	-42,54%
Juros, dividendos e outros rendimentos	10 594,42	8 968,96	18,12%
	<b>1 583 183,15</b>	<b>1 505 313,64</b>	5,17%

Tabela 1: Evolução dos Rendimentos

Em 2025 assistiu-se a um crescimento do volume de negócios, serviços prestados (comissões de Seguros), conforme se demonstra no quadro acima.

## 5.2 Estrutura de Gastos

Rubricas	2025	2024	Variação
			(%)
Fornecimentos e serviços externos	385 409,23	358 197,59	7,60%
Gastos com o pessoal	687 677,27	694 870,17	-1,04%
Outros gastos e perdas	45 136,90	48 933,77	-7,76%
Outros gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00	
Gastos de depreciação e de amortizações	37 461,65	36 562,30	2,46%
	<b>1 155 685,05</b>	<b>1 138 563,83</b>	<b>1,50%</b>

Tabela 2: Evolução dos Gastos

Verificou-se um aumento nos Fornecimento e Serviços Externos (FSE), em cerca de 7,60%, realçando para o impacto dos gastos de comissões no total desta rubrica.

Os gastos com pessoal sofreram uma ligeira diminuição devido à necessidade de adquirir Operacionais de Seguros para gestão de carteiras de clientes.

Relativamente aos ativos fixos tangíveis registaram-se investimentos na aquisição de diversos equipamentos para renovação de equipamentos já inoperacionais. Verifica-se um acréscimo pouco significativo nos gastos com depreciações relativamente ao ano anterior, em cerca de 2,46%.

## 5.2 Estrutura dos Resultados

Em função do exposto, o resultado da atividade operacional foi positivo cifrando-se em 427.498,10 Euros.

A conjugação das componentes anteriormente referidas teve por consequência a obtenção de um resultado positivo antes de impostos 427.498,10 Euros e, considerando a função do imposto, o **Resultado Líquido do Exercício de 2025** ascendeu a **325.049,34** Euros positivos.

Rubricas	2025	2024	Variação
			(%)
Resultado antes depreciações, gastos de financiamento	464 959,75	403 373,19	15,27%
Resultado Operacional	427 498,10	366 810,89	16,54%
Resultado Antes de Impostos	427 498,10	366 749,81	16,56%
IRC Estimado	102 448,76	104 571,50	-2,03%
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>325 049,34</b>	<b>262 178,31</b>	<b>23,98%</b>

Tabela 3: Evolução do Resultado Líquido do Período

O sector segurador não tem sido dos mais afetados pela instabilidade dos mercados e da economia. Essa realidade reflete-se de igual forma nos resultados da empresa permitindo que os mesmos se mantenham equilibrados.

Em relação ao ano em análise verificam-se resultados satisfatórios e animadores, para o futuro, a empresa no Plano de Atividades proposto para 2026 já orçamentado, traduz a continuação da política definida pela gestão em curso. Este plano inclui ainda as atividades inerentes à produção de estatísticas e os desafios futuros, nos quais se destaca a criação do Portal de Estatísticas, através do qual a ASF pretende apresentar a informação estatística, atualmente estática, de forma dinâmica e interativa, permitindo aos utilizadores, consultas por temas e afins, assim como a visualização de gráficos, séries e indicadores.

## 6. Análise Económica e Financeira

### 6.1 Dívidas de Clientes/ Dívidas a Fornecedores

Não existem dívidas de Clientes e os fornecedores apresentaram o seguinte saldo:

Rubrica	2025	2024
Clientes		
Fornecedores	6 799,22	11 313,12

Tabela 4: Evolução das dívidas de clientes e fornecedores

Analisando a tabela acima descrita, constata-se que as dívidas de clientes mantiveram-se nulas e dívidas aos fornecedores tiveram um pequeno decréscimo quando comparadas com o ano anterior.

### 6.2 Disponibilidades, financiamentos e remunerações a pagar

As disponibilidades da empresa, especificamente o saldo em caixa e em depósitos à ordem, alcançaram no fim do ano o seguinte o valor:

Rubrica	2025	2024
Caixa	324,67	339,59
Depositos á Ordem	133 711,78	163 215,52
Depositos a Prazo	707 479,88	650 000,00
Ativos Financeiros	45 000,00	45 000,00
<b>Totais</b>	<b>886 516,33</b>	<b>858 555,11</b>

Tabela 5: Disponibilidades, financiamentos e remunerações a pagar

### 6.3 Rácios Económicos/ Financeiros

Os rácios financeiros permitem-nos concluir acerca da capacidade da empresa para honrar os seus compromissos e ajudam à compreensão da informação disponibilizada.

Rubrica	2025	2024
<b>Rácios Económicos</b>		
Rentabilidade das Vendas (Comissões)	21,00%	17,70%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	30,00%	23,59%
<b>Rácios Financeiros</b>		
Margem EBIT	28,00%	
Autonomia Financeira	87,00%	86,04%

Tabela 6: Rácios Económicos/Financeiros

#### 6.3.1 Rendibilidade das Vendas

A rendibilidade das vendas mede a percentagem das vendas que resta depois de cobertos todos os custos de exploração.

#### 6.3.2 Rendibilidade dos Capitais Próprios

A rendibilidade dos Capitais Próprios regista o resultado líquido do período a dividir pelo Capital Próprio pelo que este período face ao ano anterior se manteve, refletindo desta forma existência de retorno para os sócios dos capitais investidos.

#### 6.3.3 Autonomia Financeira

Como o rácio de autonomia financeira expressa a participação do capital próprio no financiamento da empresa, verifica-se que a dependência de capitais alheios sofreu uma ligeira variação nos dois anos.

Os indicadores económicos situam-se acima do limiar de aceitação, o que revela uma estabilidade financeira e de tesouraria da empresa.

## 7 Factos Relevantes Ocorridos após o termo do exercício (taxa de inflação)

Após o encerramento do exercício de 2025 e até à presente data, não se registaram eventos de natureza material que pusessem em causa a continuidade das operações ou que obrigassem a ajustamentos nas demonstrações financeiras apresentadas.

Não obstante a conjuntura económica marcada pelo aumento da taxa de inflação e pela subida generalizada de preços, a **Credimédia – Corretores de Seguros, Lda.** prevê a manutenção ou o crescimento do seu volume de negócios. Adicionalmente, estima-se que a atividade decorrente da **Tempestade Kristin** resulte num reforço da procura por soluções de cobertura de risco, contribuindo positivamente para o desempenho da sociedade no próximo exercício.

## 8 Evolução Previsível da Atividade

Para o ano de 2026, as perspetivas para o setor segurador em Portugal são otimistas, prevendo-se um crescimento robusto impulsionado por diversos fatores económicos e sociais.

### 9 Crescimento Económico vs. Ramos "Não Vida"

Os ramos Não Vida (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Multirriscos) são os que mais dependem do PIB. Quando a economia cresce, há mais consumo, mais emprego e mais investimento imobiliário.

**Seguro Automóvel:** O crescimento de **9,7%** na produção deve-se ao aumento da frota circulante (mais de 9 milhões de veículos em 2026) e à subida dos prémios médios em cerca de 5% para cobrir custos de reparação inflacionados.

**Acidentes de Trabalho:** Cresceu **8,5%** em 2025/2026, impulsionado pela subida da massa salarial e pela dinâmica do mercado de emprego, apesar de uma ligeira correção nas tarifas.

**Multirriscos Habitação:** A subida de **8,5%** reflete a valorização do património imobiliário e a necessidade de proteger investimentos face a fenómenos climáticos extremos.

#### O Caso Crítico do Seguro de Saúde

O ramo Saúde é o que apresenta a maior "descolagem" em relação ao PIB puro, sendo movido por fatores estruturais e sociais.

**Procura Exponencial:** Mais de **3,8 milhões de portugueses** têm agora um seguro de saúde.

**Aumento de Custos:** Em 2026, prevê-se que o custo médico aumente em média **10%**.

**Justificação:** A pressão sobre o SNS e a inclusão de novas coberturas (telemedicina e saúde mental) tornaram este seguro um "bem de primeira necessidade" para as famílias e empresas, que o utilizam como ferramenta de retenção de talento.

#### Taxas de Juro e o Ramo "Vida"

A política monetária e a estabilização das taxas de juro em 2026 alteraram o perfil da procura:

**Investimento:** Com as taxas de juro dos depósitos bancários a perderem atratividade, houve um forte desvio de capital para seguros de **Vida Capitalização** e **Unit-Linked**, que oferecem benefícios fiscais e retornos mais competitivos.

**Crédito à Habitação:** O crescimento dos seguros de **Vida Risco (8%)** está diretamente ligado à retoma do mercado de crédito, à medida que a confiança dos consumidores estabiliza.

#### Novas Procuras em 2026

O crescimento económico moderno traz riscos que antes eram marginais:

**Cibersegurança:** Com a digitalização das PME portuguesas, a procura por seguros contra ataques informáticos cresceu a dois dígitos.

**Sustentabilidade (ESG):** Investidores exigem agora que as empresas tenham coberturas específicas para riscos ambientais e de governação.

**Tecnologia:** O uso de **Inteligência Artificial** pelas seguradoras está a permitir personalizar os preços de acordo com o comportamento real do cliente (especialmente em frotas e saúde), tornando o acesso ao seguro mais eficiente para perfis de baixo risco.

## 10 Dívidas à Administração Fiscal e Segurança Social

Nos termos e para efeitos do disposto no art. 2.<sup>o</sup> do Decreto —Lei n. 2 534/80, de 7 de Novembro e art. 21.<sup>o</sup> do Decreto-Lei n. 2 411/91 de 17 de Outubro declara-se que a empresa não têm dívidas em mora ao estado, resultantes de liquidação de impostos, nem de contribuições para a Segurança Social, sempre cumprindo os prazos estipulados na Lei.

## 11 Proposta de Aplicação de Resultados

A empresa tendo em conta as presentes Demonstrações Financeiras, nos termos do disposto na alínea f) do art. 662 do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o resultado líquido Positivo de **325.049,34** Euros obtido pela sociedade no exercício que terminou em 31 de Dezembro de 2025, pretende distribuir resultados no valor de **160.000** Euros, propondo que o restante valor seja transferido para as Reservas Livres, totalizando um valor de 165.049,34 Euros.

### AGRADECIMENTOS

Aproveitando a oportunidade a Gerência agradece a colaboração prestada por todos quanto de algum modo contribuíram para o desempenho da actividade da empresa, nomeadamente, Clientes, Fornecedores, Instituições Bancárias e demais Entidades.

Figueira da Foz, 30 de Março de 2026

A Gerência:



Isabel Maria Ramos Antunes

José da Costa Azevedo

# ANEXO 2025



**Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados do Exercício de 2025**

Credimédia - Corretores de Seguros, Lda

contribuinte fiscal nº 502451238

**1 - Identificação da entidade:**

A **Credimédia – Corretores de Seguros, Lda** é uma Sociedade por quotas, constituída em 19-10-1990, tem sede no Largo do Carvão, nº 4, 1º Dt.º no lugar de Figueira da Foz, freguesia de Buarcos Concelho de Figueira da Foz, exercendo a atividade de Mediação de Seguros, com o CAE 66220 Rev.3, com o número de identificação fiscal 502 451 238. Está matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Figueira da Foz com o número 502451238, com um capital social de 100.000,00 euros. A empresa é detida por sócios individuais, não sendo participada por qualquer sociedade mãe. Durante o ano de 2025 a empresa teve ao seu serviço, em média 24 funcionários a tempo completo e remunerados.

**2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

2.1 - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Regime Normalização Contabilística Relato Financeiro PE aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho de 2009.

2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 2025 são comparáveis em todos os seus aspetos significativos com os de 2024.

**3 - Principais políticas contabilísticas****3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico.

**3.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes****a) Moeda funcional e de apresentação:**

As demonstrações financeiras da Credimédia - Corretores de Seguros, Lda, são apresentadas em euros. O euro é a moeda de apresentação e todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data de transação e as vigentes na data de recebimento, nos pagamentos ou data do balanço, são reconhecidas na demonstração de resultados, nas rubricas de Juros e rendimentos ou gastos similares em Outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas, para todos os outros saldos ou transações.

**b) Ativos fixos tangíveis:**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

**c) Ativos intangíveis:**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros e quando sejam facilmente quantificáveis. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

#### d) Propriedades de investimento

Nada a referir.

#### e) Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o FIFO como critério de movimentação/método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização. Não existem produtos e trabalhos em curso, dado que a empresa é prestadora de serviços.

#### f) Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16% sobre os primeiros 50.000 euros de matéria coletável e de 20% sobre a restante matéria coletável.

Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama Municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% e a Derrama Estadual que incide sobre o lucro tributável superior a 1.500.000,00 euros e cuja taxa é de 3%, bem como a tributação autónoma sobre determinados encargos e as taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2001, inclusive, e cinco anos a partir de 2002), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Assim, as declarações fiscais dos anos de 2022 a 2025 poderão vir a ser sujeitas a revisão, da qual poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, correções da matéria coletável dos diferentes impostos.

A Empresa procederá ao registo ativos por impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

#### g) Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

#### h) Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem e a prazo em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com cotação, estando por isso valorizados pelo justo valor, com variações anuais em resultados.

## i) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

## j) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

## k) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto do período a que se refere, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

## l) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

## m) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

**4 - Fluxos de caixa**

4.1 - Comentário sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Caixa	324,67	339,59
Depósitos à ordem	133 711,78	163 215,52
Outros depósitos bancários	707 479,88	650 000,00
<b>Soma</b>	<b>841 516,33</b>	<b>813 555,11</b>

**6 - Partes relacionadas**

6.2 - Remunerações dos órgãos sociais

<b>Remunerações</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Remunerações dos órgãos sociais	118 176,56	111 349,88
<b>Soma</b>	<b>118 176,56</b>	<b>111 349,88</b>

**8 - Ativos fixos tangíveis**
**8.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis**

a) Bases de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta

Os valores são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, conforme descrito na nota 3 b).

b) Métodos de depreciação usados e vidas úteis;

Os bens são depreciados em função das respetivas vidas uteis estimadas. As depreciações foram calculadas pelo método das taxas constantes e o método das quotas degressivas para alguns elementos com utilização mais intensiva.

A Gerência acredita que as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, representam satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

c) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período e adições, revalorizações, alienações e outros movimentos.

Os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, no exercício foram os seguintes:

Rubricas	31 de Dezembro de 2025								
	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações/Abate Aquisições	Alienações/Abates-Depreciações Acumuladas	Outros	Depreciações Acumuladas	Depreciações Exercício	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos Recursos Naturais	78 607,33					0,00	0,00		78 607,33
Edifícios e Construções	259 060,92					47 820,74	5 181,12		206 059,06
Equipamento Básico	0,00					0,00	0,00		0,00
Equipamento Transporte	204 556,52		14 600,01	8 727,24		140 778,03	22 870,32		35 035,40
Equipamento Administrativo	78 656,29	10 446,86	0,00			66 167,54	6 600,00		16 335,61
Ativos Biológicos						0,00	0,00		0,00
Outros Ativos FT	14 716,01	8 839,70				8 204,23	2 810,21		12 541,27
Investimentos em curso						0,00	0,00		0,00
<b>Soma</b>	<b>635 597,07</b>	<b>19 286,56</b>	<b>14 600,01</b>		<b>0,00</b>	<b>262 970,54</b>	<b>37 461,65</b>	<b>0,00</b>	<b>348 578,67</b>

**9 - Rédito**

9.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

Conforme descrito na nota 3.1. m).

9.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Rubrica	2025	2024
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços	1563 700,08	1480 875,39
<b>Volume de Negócios</b>	<b>1 563 700,08</b>	<b>1 480 875,39</b>
Variação nos Inventários Produção	0,00	0,00
Trabalhos para a Própria empresa	0,00	0,00
Subsídios à Exploração	0,00	0,00
Reservões	0,00	0,00
Ganhos por Aumento Justo Valor	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	8 888,65	24 438,25
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	10 594,42	61,08
<b>Soma</b>	<b>1 583 183,15</b>	<b>1 505 374,72</b>

**10 - Acontecimentos após a data do balanço**

10.1 - Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Gerência em 31/12/2025.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

As demonstrações financeiras serão sujeitas a aprovação em Assembleia-geral a ter lugar no dia 31/03/2026.

10.2 - Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Não são conhecidos quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras, quer com efeito de ajustamento quer de divulgação, para além do tema da pandemia provocada em inícios de 2021 pelo novo coronavírus. Como referido no Relatório de Gestão, apesar da incerteza quanto aos reais efeitos da mesma na nossa atividade, consideramo-nos preparados para enfrentar o desafio. Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, sendo que a tempestade Kristin não teve qualquer efeito para a Empresa.

**11 – Estado e outros entes públicos e Impostos sobre o rendimento**

Em 31 de Dezembro nos exercícios findos, a rubrica "Estado e outros entes públicos", apresentava os seguintes saldos:

Rubrica	2025	2024	Saldo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	-25 034,94	-46 712,99	21678,05
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares "retenções (IRS)"	-6 556,86	-6 726,27	169,41
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00	0,00
Segurança Social	-12 290,29	-12 623,17	332,88
Outras taxas e impostos	0,00	0,00	0,00
<b>Soma</b>	<b>-43 882,09</b>	<b>-66 062,43</b>	<b>22 180,34</b>

**12 – Gastos com Pessoal e Benefícios dos empregados:**

Foi a seguinte a repartição e evolução desta conta:

Tipo de Remuneração	2025	2024
Remunerações dos órgãos sociais	18 176,56	111349,88
Remunerações do Pessoal	438 597,05	460 463,50
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	195,80	0,00
Encargos sobre Remunerações	112 829,91	115 609,25
Seguros Acidente Trabalho e Doenças Profissionais	5 872,18	4 524,07
Gastos de Ação Social	7 910,52	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	4 095,25	1940,10
<b>Soma</b>	<b>687 677,27</b>	<b>693 886,80</b>

O número médio de empregados da Empresa no exercício findo foi de 24.

**13 - Divulgações exigidas por diplomas legais:**

13.1 - A Gerência informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro.

13.2 - Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, a Gerência informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13.3 - Nos termos do exigido pelos artº 66ºA do Código das Sociedades Comercias, de seguida apresenta-se os honorários do revisor oficial de contas:

Honorários Faturados pelo Revisor Oficial de Contas	Honorários Faturados	2025		2024		
		Efeitos das Períodizaç.	Soma	Honorários Faturados	Efeitos das Períodizaç.	Soma
Revisão legal de Contas	2 361,60	0,00	<b>2 361,60</b>	2 287,80	0,00	<b>2 287,80</b>
Serviços de Garantia de fiabilidade	0,00	0,00	<b>0,00</b>	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Consultadoria fiscal	0,00	0,00	<b>0,00</b>	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Outros Serviços	0,00	0,00	<b>0,00</b>	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>Soma</b>	<b>2 361,60</b>	<b>0,00</b>	<b>2 361,60</b>	<b>2 287,80</b>	<b>0,00</b>	<b>2 287,80</b>

Valores com IVA incluído

#### 14 - Outras informações:

##### 14.1 - Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos, foi a seguinte:

Rubrica	2025	2024
Subcontratos	161 279,04	1 578,98
Serviços especializados	117 494,15	229 855,23
Materiais	4 548,06	12 782,47
Energia e Fluídos	20 305,64	23 839,98
Deslocações, estadas e transportes	7 867,81	15 459,83
Serviços diversos	73 914,53	74 681,10
<b>Soma</b>	<b>385 409,23</b>	<b>358 197,59</b>

##### 14.2 – Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro foram como segue:

Rubrica	2025	2024
Impostos	33 236,87	32 461,98
Descontos p/p concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias...	0,00	0,00
Gastos rest. Investimentos financ.	0,00	0,00
Gastos invest. não financeiros	0,00	0,00
Outros	11 900,03	16 410,71
<b>Soma</b>	<b>45 136,90</b>	<b>48 872,69</b>

14.3 – Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos, foram como segue:

Rubrica	2025	2024
Rendimentos suplementares	14,04	0,00
Descontos p/p obtidos	145,72	0,00
Recuperação dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias...	0,00	0,00
Rend. rest. ativos financeiros	0,00	0,00
Rend. invest. não financeiros	200,00	0,00
Outros	8 528,89	15 469,28
<b>Soma</b>	<b>8 888,65</b>	<b>15 469,28</b>

14.4 – Juros e gastos similares suportados

Os Juros e gastos similares suportados, nos exercícios findos, foram como segue:

Rubrica	2025	2024
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos de financiamento	0,00	61,08
<b>Soma</b>	<b>0,00</b>	<b>61,08</b>

14.5 – Juros e gastos similares obtidos

Os Juros e gastos similares obtidos, nos exercícios findos, foram como segue:

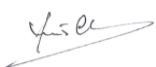
Rubrica	2025	2024
Juros obtidos	10 594,48	8 968,96
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Soma</b>	<b>10 594,48</b>	<b>8 968,96</b>

A empresa tendo em conta as presentes Demonstrações Financeiras, nos termos do disposto na alínea f) do art. 66 2 do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o resultado liquido Positivo de 325 049,34 euros obtido pela sociedade no exercício que terminou em 31 de Dezembro de 2025, pretende distribuir resultados no valor de 160.000,00 Euros, resultando um valor de 116.000,00 Euros para a sócia Isabel Quitério e 44 000,00 Euros para o sócio José Canas, propondo que o restante valor seja transferido para as Reservas Livres, totalizando um valor de 165 049,34 Euros.

Figueira da Foz, 30 de Março de 2026

A Gerência

O Contabilista Certificado nº. 2219



Isabel Maria Ramos Quitério

José da Costa Canas



**NOTA DO ANEXO ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025  
RELATO FINANCEIRO DOS MEDIADORES DE SEGUROS OU RESSEGUROS**

**Código do Corretor de Seguros 617453931/3**

**"Prestação do Serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros"**

para efeitos do Artigo 51 da Norma Regulamentar nº 13/2020-R, de 30 de Dezembro.

a) Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações (2)

O Corretor de seguros reconhece a remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra - embora admita exceções - no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento:

**Aquando da prestação de contas às empresas de seguros.**

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo (4)

Por Natureza	Remunerações (€)	
	Ano n-1	Ano n
Numerário	1 480 875,39	1 563 700,08
Espécie		
<b>TOTAL</b>	<b>1 480 875,39</b>	<b>1 563 700,08</b>

Por Tipo	Remunerações (€)	
	Ano n-1	Ano n
Comissões	1 480 875,39	1 563 700,08
Honorários		
Outras remunerações		
<b>TOTAL</b>	<b>1 480 875,39</b>	<b>1 563 700,08</b>

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem (5)

Por entidade (origem)	Remunerações (€)					
	Ramos Vida		Ramos Não Vida		Fundos de Pensões	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Empresas de Seguros	45 596,05	47 336,87	1 413 326,53	1 500 739,61	0,00	0,00
Outros Mediadores	0,00	0,00	21 952,81	15 623,60	0,00	0,00
Clientes (outros)	0,00	0,00	€	€	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>45 596,05</b>	<b>47 336,87</b>	<b>1 435 279,34</b>	<b>1 516 363,21</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira (6)

Por entidade (origem)	Ano n-1	Ano n
Empresas de Seguros	98,52%	99,00%
Outros Mediadores	1,48%	1,00%
Clientes (outros)		
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

e) Valores das Contas "Clientes" (7)

Contas "clientes"	Valores das Contas "clientes"	
	Ano n-1	Ano n
Início exercício	40 615,01	32 100,24
Final exercício	32 100,24	40 153,83
Volume movimentado no exercício:		
- A débito (entradas na conta clientes)	864 378,36	828 863,59
- A crédito (saídas pagamentos)	855 863,59	819 909,37
	-	-

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem (8)

Por entidade (origem)	Saldo Contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	64 768,83	31 405,54	103 621,03	127 301,86
Empresas de seguros	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas de resseguros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros mediadores	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes (outros)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>64 768,83</b>	<b>31 405,54</b>	<b>103 621,03</b>	<b>127 301,86</b>

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar (9)

Por natureza	Saldo Contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	64 768,83	31 405,54	103 621,03	127 301,86
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro				
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários.				
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	€			
Outras quantias				
<b>TOTAL</b>	<b>64 768,83</b>	<b>31 405,54</b>	<b>103 621,03</b>	<b>127 301,86</b>

h) Idade das contas a receber vencidas à data do relato (final do exercício) (10)

Contas a Receber	<i>Sem aplicação</i>					
	Até 180 dias		até x dias		Mais de 365 dias	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Sem imparidade						
Com imparidade						
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Fatores considerados na imparidade:** Dificuldade ou impossibilidade de cobrança

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito (11)

<i>Sem aplicação</i>	Valor	
	Ano n-1	Ano n
<b>Garantias (caução) / aumentos de crédito</b>		

j) Transmissões de carteiras de seguros (12)

	Transmissões de Carteiras de Seguros €)			
	Recebidas		Efetuadas	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
<b>Sem aplicação</b>				
<b>Carteiras de Seguros</b>				

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela (13)

	Indemnizações de clientela (€)	
	Ano n-1	Ano n
<b>Sem aplicação</b>		
<b>Contratos de mediação de seguros cessados</b>		

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes (14)

	Obrigações materiais (€)	
	Ano n-1	Ano n
<b>Sem aplicação</b>		
<b>Obrigações materiais</b>		

Breve descrição: \_\_\_\_\_

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma pelo menos 5% do total das remunerações (15.a)

Empresas de seguros	Remunerações			
	Ramo Vida/Não Vida/Fundo de Pensões			
	€		%	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Lusitania – Companhia de Seguros,SA	382 214,86	465 169,88	33,47%	29,75%
Fidelidade – Companhia de Seguros, SA	344 912,94	334 617,72	30,20%	21,40%
Generali – Companhia de Seguros, SA	154 434,06	160 695,53	13,52%	10,28%
Caravela – Companhia de Seguros	101 924,29	102 055,18	8,92%	6,53%
Companhia de Seguros Portugal		84 980,95		5,43%
Ageas Portugal Companhia de Seguros SA	109 030,80	78 892,33	7,36%	5,05%
Zurich Insurance PLC Suc.Portugal	49 554,42	54 710,43	3,35%	3,50%
<b>TOTAL</b>	<b>1 142 071,37</b>	<b>1 281 122,02</b>	<b>93,47%</b>	<b>81,94%</b>

- n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome. (15.b))

	Valor total dos fundos	
	Ano n-1	Ano n
<b><i>Sem aplicação</i></b>		
Transferência de valores (prémios) para Entrega às empresas de seguros em relação às quais o corretor não tem poderes de cobrança		

- o) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança (16.a))

	Valor total dos fundos	
	Ano n-1	Ano n
<b><i>Sem aplicação</i></b>		
Transferência de valores (prémios) para Entrega às empresas de seguros em relação às quais o corretor não tem poderes de cobrança		



- p) Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas (16.b))

	Valor total dos fundos	
	Ano n-1	Ano n
<b><i>Sem aplicação</i></b>		
Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador poderes de quitação das quantias recebidas		

**Balanço em 31 de dezembro de 2025**

(em euros)

Rubrica	Notas	2025	2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		348.578,67	358.574,33
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		2.459,37	2.459,37
Créditos e outros ativos não correntes		7.272,65	
<b>Total ativo não corrente</b>		<b>358.310,69</b>	<b>361.033,70</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários			
Clientes			
Estado e outros entes públicos			
Capital subscrito e não realizado			
Outras créditos a receber		31.405,54	64.768,83
Diferimentos		8.029,44	7.217,60
Outros ativos correntes		45.000,00	45.000,00
Caixa e depósitos bancários		841.516,33	813.555,11
<b>Total ativo corrente</b>		<b>925.951,31</b>	<b>930.541,54</b>
<b>Total ativo</b>		<b>1.284.262,00</b>	<b>1.291.575,24</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito		100.000,00	100.000,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		35.355,71	35.355,71
Outras reservas		645.873,78	713.695,47
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		325.049,34	262.178,31
Dividendos antecipados			
<b>Total capital próprio</b>		<b>1.106.278,83</b>	<b>1.111.229,49</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
<b>Total passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		6.799,22	11.313,12
Estado e outros entes públicos		43.882,09	66.062,43
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes		127.301,86	102.970,20
<b>Total passivo corrente</b>		<b>177.983,17</b>	<b>180.345,75</b>
<b>Total passivo</b>		<b>177.983,17</b>	<b>180.345,75</b>
<b>Total capital próprio e passivo</b>		<b>1.284.262,00</b>	<b>1.291.575,24</b>

  
  
 Isabel Maria Ramos Antunes  
 (Gerência)

Assinado por: **Olívio Gomes Carvalhinho**  
 Num. de Identificação: 04446145  
 Data: 2026.04.30 16:20:05+01'00'  
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**  
**Certificados**

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 2219**



(Contabilista Certificado)

**Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2025**

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados		1.563.700,08	1.480.875,39
Subsídios à exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		(385.409,23)	(358.197,59)
Gastos com o pessoal		(687.677,27)	(694.870,17)
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Outras imparidades (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos		19.483,07	24.438,25
Outros gastos		(45.136,90)	(48.872,69)
<b>Total resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>464.959,75</b>	<b>403.373,19</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(37.461,65)	(36.562,30)
<b>Total resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>427.498,10</b>	<b>366.810,89</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			(61,08)
<b>Total resultado antes de impostos</b>		<b>427.498,10</b>	<b>366.749,81</b>
Imposto sobre o rendimento do período		(102.448,76)	(104.571,50)
<b>Total resultado líquido do período</b>		<b>325.049,34</b>	<b>262.178,31</b>

  
  
 Credimédia  
 CORRETORES - de SEGUROS, Lda.  
 A Gerência  
  
 (Gerência)

Assinado por: **Olívio Gomes Carvalhinho**  
 Num. de Identificação: 04446145  
 Data: 2026.04.30 16:20:05+01'00'  
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**  
**Certificados**  
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 2219**


**CHAVE MÓVEL**  
 (Contabilista Certificado)



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CREDIMEDIA – Corretores de Seguros, Lda** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31.12.2025 (que evidencia um total de 1.284.262,00 euros e um total de capital próprio de 1.106.278,83 euros, incluindo um resultado líquido de 325.049,34 euros), a Demonstração dos Resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às Demonstrações Financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **CREDIMEDIA – Corretores de Seguros, Lda** em 31.12.2025 e o seu desempenho financeiro relativo ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



## **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos do parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Coimbra, 4 de maio de 2026

**Pinto Castanheira & Miguel Castanheira, SROC, Lda**

*Representada por*

---

***Miguel António Fareleiro Castanheira (ROC 1317 registado na CMVM com nº 20160927)***